



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA



OBSERVATÓRIO PERMANENTE VIOLÊNCIA & CRIME

OPVC

# Relatório

Diagnóstico Local de  
Segurança – S. Nicolau

Ana Isabel Sani & Laura M. Nunes

# **Relatório**

## **Diagnóstico Local de Segurança**

### **S. Nicolau**

#### **Coordenadores do estudo**

Ana Isabel Sani

Laura M. Nunes

#### **Colaboradores de investigação**

Joana de Jesus

Vera Azevedo

**Conclusão do relatório:** setembro, 2014

**Data de Publicação:** 2014

**ISBN:** 978-989-643-126-6

**Edições:** Fundação Fernando Pessoa

**Local:** Porto

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Freguesia de S. Nicolau – Caracterização.....</b>	<b>2</b>
<b>Enquadramento conceptual.....</b>	<b>4</b>
<b>Método .....</b>	<b>6</b>
<b>O Inquérito: resultados .....</b>	<b>7</b>
A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS .....	7
B. PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA.....	11
C. VITIMAÇÃO.....	17
D. CONTROLO SOCIAL .....	34
E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....	41
<b>Análise reflexiva dos resultados .....</b>	<b>47</b>
<b>Referências.....</b>	<b>52</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.....	7
Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.....	7
Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.....	8
Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil. ....	8
Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade. ....	8
Tabela 6. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação. ....	9
Tabela 7. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional. ....	9
Tabela 8. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.....	10
Tabela 9. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam. ....	10
Tabela 10. Perceção de (in)segurança.....	11
Tabela 11. Fundamentos para a perceção de (in)segurança.....	12
Tabela 12. Perceção da evolução da criminalidade. ....	13
Tabela 13. Fundamentos para a perceção da evolução da criminalidade. ....	13
Tabela 14. Perceção dos crimes mais praticados.....	14
Tabela 15. Perceção dos crimes mais temidos.....	15
Tabela 16. Condições favorecedoras do crime.....	16
Tabela 17. Incivildades identificadas. ....	16
Tabela 18. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos. ....	17
Tabela 19. Tipologia de crimes para a vitimação.....	18
Tabela 20. Consequências da vitimação.....	18
Tabela 21. Período do dia em que ocorreu o crime. ....	19
Tabela 22. Local de ocorrência do crime.....	20
Tabela 23. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.....	20
Tabela 24. Relação ofensor - vítima.....	20
Tabela 25. Contacto / não contacto com as autoridades.....	21
Tabela 26. Motivos para o contacto /não contacto com as autoridades. ....	22
Tabela 27. Formalização/Não formalização da queixa.....	22
Tabela 28. Motivos para a formalização/não formalização da queixa. ....	23
Tabela 29. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades. ....	24
Tabela 30. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades. ....	24
Tabela 31. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas.....	25

Tabela 32. Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos (vitimação indireta). .....	25
Tabela 33. Relação participante – vítima (vitimação indireta).....	26
Tabela 34. Tipologia de crimes sofridos pelas vítimas (vitimação indireta) .....	26
Tabela 35. Consequências da vitimação (vitimação indireta) .....	27
Tabela 36. Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).....	27
Tabela 37. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta). .....	28
Tabela 38. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta). .....	28
Tabela 39. Relação ofensor – vítima (vitimação indireta).....	29
Tabela 40. Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta).....	29
Tabela 41. Motivos para o contacto / não contacto com as autoridades (vitimação indireta). .....	30
Tabela 42. Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta). .....	30
Tabela 43. Motivos para a formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta). .....	31
Tabela 44. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta). .....	32
Tabela 45. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).....	32
Tabela 46. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas (vitimação indireta).....	33
Tabela 47. Perceções da ação dos agentes de autoridade. ....	34
Tabela 48. Fundamentação das perceções da ação dos agentes de autoridade.....	35
Tabela 49. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.....	36
Tabela 50. Fundamentação (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.....	36
Tabela 51. Frequência do recurso ao apoio dos vizinhos.....	37
Tabela 52. Fundamentação do recurso ao apoio dos vizinhos.....	38
Tabela 53. Frequência do recurso a entidades locais de apoio.....	39
Tabela 54. Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.....	39
Tabela 55. Recurso a entidades formais.....	40
Tabela 56. Anos de residência/trabalho/estudo na comunidade.....	41
Tabela 57. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida. ....	42
Tabela 58. Mudanças percebidas para aumentar a segurança.....	42
Tabela 59. Disposição para colaborar/não colaborar no sentido da maior segurança. ....	43
Tabela 60. Fundamentação para colaborar/não colaborar com as autoridades. ....	44
Tabela 61. Presença / Ausência de ligação do individuo à comunidade. ....	45
Tabela 62. Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade.....	45

# Introdução

---

O centro histórico da cidade do Porto integra áreas que, com o tempo, se foram transformando a ponto de reunirem condições que podem, em certas situações, favorecer a ocorrência de comportamentos menos adequados. Entre tais zonas, destaca-se aqui a freguesia de São Nicolau, como uma das regiões urbanas que importa analisar com particular atenção.

Pertencendo ao centro histórico do Porto, como foi já referido, esta freguesia apresenta-se muito voltada para o turismo, o que pode também constituir um atrativo para aqueles que pretendem desenvolver comportamentos antissociais e até delituosos. Por isso, e em articulação com o Comando Metropolitano do Porto – Polícia de Segurança Pública (PSP), fez-se cumprir o protocolo estabelecido entre essa instância de controlo social e a Universidade Fernando Pessoa, desenvolvendo-se um estudo que permitisse traçar o Diagnóstico Local de Segurança (DLS) da freguesia de São Nicolau.

O objetivo geral da investigação passou pela necessidade de obter um conhecimento mais profundo e, simultaneamente, mais alargado a respeito das especificidades daquela população, em termos de criminalidade e (in)segurança percebidas. Mais especificamente, esta avaliação pautada pelas Ciências Sociais e desenvolvida pela equipa do Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da Universidade Fernando Pessoa (UFP), propôs-se captar a perceção dos indivíduos que integram aquela comunidade quanto a aspetos como a criminalidade presente e/ou temida, as experiências de vitimação vividas, a atuação das instituições formais de controlo social que ali operam, e o envolvimento comunitário com presença / ausência de sentimentos de pertença à comunidade.

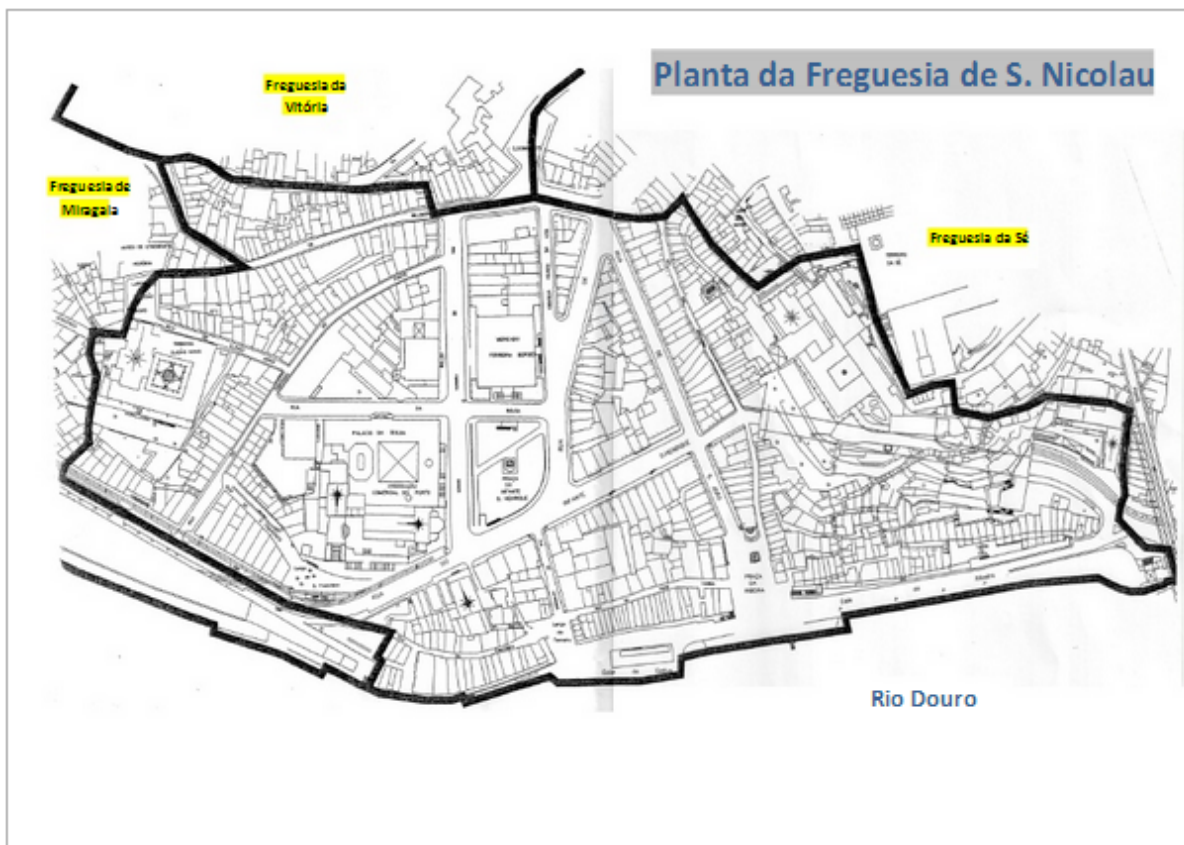
Este relatório resulta precisamente da análise feita aos dados entretanto levantados, sempre com a ideia de se traçar um diagnóstico a respeito de crime, segurança e perceções da população local. Assim, o presente trabalho apresenta, de seguida, uma breve caracterização da freguesia de São Nicolau, passando-se a uma parte de enquadramento conceptual para, finalmente se apresentarem os resultados dos quais se extrairão as conclusões, apresentadas na parte final.

# Freguesia de S. Nicolau – Caracterização

---

São Nicolau é uma antiga freguesia portuguesa do concelho do Porto que, pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, foi integrada na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Mapa 1. Delimitação da Freguesia de S. Nicolau (Decreto-Lei nº 40 526, de 8 de Fevereiro de 1956)



<http://www.portopatrimoniomundial.com/freguesia-de-s-nicolau.html>

A Freguesia de São Nicolau é tão antiga, que a sua criação remonta ao século XVI, mais especificamente, ao ano de 1583, aquando da divisão da Sé em quatro regiões separadas: Sé, São Nicolau, Vitória, e Belmonte. Décadas depois, Belmonte viria a ser extinta, e São Nicolau terá visto a sua área aumentada (Câmara Municipal do Porto, 2014).

Bem mais tarde, pelo século XIX, verificou-se um crescimento acentuado nas freguesias que integram o centro da cidade do Porto e, entre elas, a de São Nicolau não foi exceção, crescendo muito e apresentando uma elevada densidade populacional. Curiosamente, e à

semelhança do que se tem vindo a verificar desde o século XX até aos dias de hoje, esse excedente populacional parece ter conduzido a uma rápida degradação habitacional (Matos, 1994), em que as condições de salubridade e de vida se revelaram fulcrais ao nível da vivência social. Assim, parece não ser novidade o facto de a demografia ter impacte nas interações e nos fenómenos sociais mais visíveis.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2012), a freguesia de São Nicolau, no Porto, apresenta uma população residente de 1906 pessoas, das quais, 1064 são do sexo feminino.

Presentemente, a freguesia de São Nicolau, pertencendo ao centro histórico do Porto, dispõe de uma série de marcos históricos e arquitetónicos que atraem o turismo e são caracterizadores daquela região citadina. Assim, desde a Muralha Fernandina construída durante o século XIV, passando pelo marco “devocional” conhecido por Alminhas da Ponte que recordam a entrada do exército francês aquando da 2ª invasão napoleónica, não esquecendo a Ponte de D. Luís I, edificada no século XIX, e lembrando os famosos pilares da antiga Ponte D. Maria II, a freguesia de São Nicolau apresenta-se hoje como uma das áreas centrais da cidade (Porto Vivo, SRU, 2010) onde, por questões que se prendem com a demografia e com os espaços, deve haver algum cuidado na análise a fenómenos como o crime, a antissocialidade e outros aspetos associados à in/segurança dos cidadãos que ali circulam.

# Enquadramento Conceptual

---

Após a apresentação sumária da região em análise, parece ser pertinente proceder a uma breve contextualização teórica a respeito das questões da segurança e da avaliação comunitária.

Refere-se aqui a avaliação comunitária porque, efetivamente, pode afirmar-se que o Diagnóstico Local de Segurança (DLS) decorre sempre de uma avaliação a uma comunidade particular e específica, visando construir um esquema de inteligibilidade a respeito dessa comunidade em análise (Direcção Geral de Administração Interna, 2009). A utilidade destas avaliações passa também pelas medidas que possam vir a ser adotadas, em função dos resultados encontrados e tendo em vista o estabelecimento de uma reciprocidade entre as polícias e a sociedade civil (Bayley, 2006).

Na sequência do que foi sendo aqui referido a propósito da importância do DLS, deve salientar-se que a criminalidade se caracteriza por uma multiplicidade de fatores, manifestando-se de diferentes formas, pelo que se torna muito útil a adoção de uma postura preventiva, que vá ao encontro do que é sugerido internacionalmente (United Nations Office on Drugs and Crime, 2006), e que se apresenta de seguida:

- a) Impõe-se a realização de estudos relativos a diagnósticos locais sobre o fenómeno do crime, as suas características, os fatores que o potenciam, a forma como se manifesta e a sua extensão;
- b) Deve proceder-se à identificação de todos os atores sociais relevantes que possam ter um papel significativo nos estudos de diagnóstico local anteriormente referidos, e no combate ao crime;
- c) É também imperativo o estabelecimento de mecanismos que promovam troca de informação, num trabalho conjunto e em estreita ligação, mediante uma estratégia coerente e consertada;
- d) É crucial procurar possíveis soluções para o problema, contextualizadas em termos locais.

Efetivamente, o recurso ao DLS tem resultado em inúmeras experiências internacionais, que têm vindo a evidenciar a pertinência da cooperação “multilateral”, em termos

preventivos, pelo que tudo indica que a sua eficácia surta resultados muito satisfatórios em Portugal, mais especificamente em regiões urbanas como a freguesia de São Nicolau.

A necessidade de que os agentes policiais detenham um papel relevante na dinâmica que envolve a própria comunidade, em termos de participação ao nível da prevenção do crime e da atenção à vítima (Cusson, 2000). Esta nova abordagem, promotora da organização de estratégias suportadas pelo recurso sistemático a parcerias e a técnicas de resolução de problemas, visa a criação de condições para a segurança das populações, relativamente a questões como o crime, o medo do mesmo e as desordens sociais (Community Oriented Policing Services, 2009).

Assim, atendendo às recomendações feitas pela United Nations Office on Drugs and Crime (2006) e tendo por base as indicações oferecidas pela Direcção Geral de Administração Interna (2009), optou-se por recorrer ao questionário designado Diagnóstico Local de Segurança (Sani & Nunes, 2013), que permite a recolha de dados nas áreas que, como se poderá constatar a seguir, se revelam importantes para diversos autores:

a) A exploração das perceções das populações a respeito do crime e da segurança/insegurança, já que são elementos essenciais e que afetam as componentes social, económica e de desenvolvimento das comunidades (Carrión, 2002);

b) O acesso às situações de vitimação sofridas pelas pessoas, uma vez que não basta fazer o levantamento da criminalidade existente, devendo atender-se também às vítimas desses crimes. Na verdade, a manutenção de registos atualizados e realistas das ocorrências de vitimação é já uma tarefa praticamente impossível, o que se reflete na dificuldade em desenhar e implementar estratégias adequadas a cada região. Por isso, é fundamental proceder à recolha de dados a respeito das vítimas de crime em áreas problemáticas nas quais, muitas vezes e segundo Eckert (2002), se vive um medo que afeta particularmente a vida diária das pessoas. Acresce o facto de que o inquérito de vitimação possibilita também a captura das perceções a respeito da insegurança e da criminalidade praticada (Seabra, 2005);

c) Na sequência dos aspetos referidos nas alíneas anteriores, revelou-se igualmente importante analisar as perceções a respeito das instituições de controlo social. Efetivamente, as respostas policiais ao crime podem relacionar-se com a forma como evolui o fenómeno, podendo contribuir para a instalação de uma sensação de insegurança e de medo do crime (Neme, 2005);

d) Por último, importava atender ao envolvimento comunitário e ao sentimento de pertença das pessoas. Trata-se de um aspeto que pode contribuir para a instalação de um modelo de policiamento mais adaptado à atual ideia de prevenção do crime (Skolnick & Bayley, 2006). Deve salientar-se que o sentimento de pertença à comunidade constitui uma poderosa ferramenta para enfrentar as exigências do mundo atual (McMillan & Clavis, 1986), estando relacionado com sentimentos de proteção e de segurança (Omoto & Snyder, 2002).

Assim, e atendendo a tudo o que foi sendo referido até aqui, passou-se ao desenvolvimento do estudo que se passa a apresentar.

## Método

---

Tendo como objetivo a análise das perceções da população a respeito do crime e da segurança/insegurança e demais elementos anteriormente descritos, passou-se à realização de um inquérito por questionário (Sani & Nunes, 2013), anteriormente construído para este efeito. Este instrumento pretende a recolha de dados objetivos, recorrendo-se a uma série de questões fechadas, incorporando igualmente questões abertas por forma a acedermos aos fundamentos individuais e subjetivos de cada participante para as respostas dadas ao inquérito.

O questionário constitui-se de cinco partes: a parte A prende-se com dados sociodemográficos; a parte B procura apurar a forma como sente a segurança na sua área de residência; a parte C questiona sobre experiências de vitimação; a parte D tenta avaliar como operar o controlo social no lidar com o fenómeno criminal e, por fim, a parte E pretende apreciar o envolvimento dos cidadãos na resolução dos problemas da sua comunidade.

O estudo realizado foi de carácter exploratório, descritivo, transversal, observacional e baseado no autorrelato. Reunidos os dados, os mesmos foram inseridos numa base de dados para realização de tratamento estatístico, sendo agora o momento para apresentar os resultados obtidos.

# O Inquérito: Resultados

## A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

Foram inquiridos, no total, 139 indivíduos (n amostral) de ambos os sexos (cf. Tabela 1), com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos, sendo a média etária de 41.37 anos, com um desvio padrão de 21.84 numa amostra multimodal em que a maior frequência de idades correspondeu à faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade. A distribuição por categorias etárias foi reveladora de uma amostra predominantemente jovem e meia-idade, atingindo 54.7% da amostra uma idade até aos 44 anos (cf. Tabela 2).

1.1. Sexo		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Masculino	44	31.7
Feminino	95	68.3
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100*</b>

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

\* Valor arredondado

1.2. Idade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 15 aos 24	45	32.4
Dos 25 aos 34	16	11.5
Dos 35 aos 44	15	10.8
Dos 45 aos 54	14	10.1
Dos 55 aos 64	13	9.4
Mais de 65 anos	28	20.1
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>94.2</b>
Omissões	8	5.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Os participantes no estudo eram todos residentes, trabalhadores e/ou estudantes no Porto, tratando-se de indivíduos cuja nacionalidade era maioritariamente portuguesa (97.1%), havendo também uma percentagem muito reduzida (2.2%) de indivíduos de nacionalidade estrangeira, nomeadamente de França e Brasil (cf. Tabela 3).

<b>1.3. Nacionalidade</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Portuguesa	135	97.1
Estrangeira	3	2.2
Omissões	1	0.7
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.

As informações recolhidas permitiram verificar que a amostra incluiu predominantemente indivíduos solteiros (52.5%) seguindo-se o grupo dos casados ou em situação de união de facto (30.2%), para depois se registarem os viúvos (10.1%) e os divorciados (7.2%) (cf. Tabela 4).

<b>1.4. Estado civil</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Casado/União de facto	42	30.2
Solteiro	73	52.5
Viúvo	14	10.1
Divorciado/Separado	10	7.2
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Em termos de escolaridade, a amostra caracterizou-se por 39.6% possuir habilitações entre o 10º e 12º anos de escolaridade, existindo ainda 4% dos indivíduos com habilitações superiores. A segunda categoria mais frequente é correspondente ao 1º ciclo do ensino básico 33.1% dos inquiridos, seguida pelo 7º a 9º anos (12.2%) e o 5º e o 6º anos (10.1%). Houve ainda um registo de uma pessoa sem qualquer tipo de habilitação escolar (cf. Tabela 5).

<b>1.5. Escolaridade</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Do 1º ao 4º Anos	46	33.1
Do 5º ao 6º Anos	14	10.1
Do 7º ao 9º Anos	17	12.2
Do 10º ao 12º Anos	55	39.6
Superior	6	4.3
Outra: Analfabeto	1	0.7
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.

No que diz respeito ao tipo de residência (cf. Tabela 6), 43.2% dos inquiridos referiu viver numa casa, o que se entendeu por uma moradia térrea, mas uma percentagem igualmente próxima (42.4%) mencionou outra estrutura habitacional (e.g., instituição de acolhimento). Os restantes inquiridos disseram habitar num apartamento (14.4%).

<b>1.6. Tipo de habitação</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Casa	60	43.2
Apartamento	20	14.4
Outro	59	42.4
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 6. **Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação.**

Quanto à situação ocupacional dos participantes, verifica-se que 30.9% são trabalhadores, seguindo-se com uma percentagem muito próxima (30.2%) o grupo de estudantes. O grupo de indivíduos reformados teve uma percentagem mais reduzida (21.6%) relativamente aos dois grupos referidos anteriormente, seguindo-se o grupo de desempregados (13.7). Verifica-se ainda que existe um valor muito reduzido (2.2%) de inquiridos que são trabalhadores-estudantes (cf. Tabela 7).

<b>1.7. Situação ocupacional</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Reformado	30	21.6
Trabalhador	43	30.9
Desempregado	19	13.7
Estudante	42	30.2
Trabalhador-estudante	3	2.2
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>98.6</b>
Omissões	2	1.4
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 7. **Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.**

Quanto à organização/estrutura do agregado familiar, 84.9% dos inquiridos referiu viver acompanhado, já 15.1% dos indivíduos afirmaram viver sozinhos (cf. Tabela 8).

<b>1.8. Vive só ou acompanhado</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Acompanhado	118	84.9
Só	21	15.1
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 8. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.

Relativamente aos que responderam que viviam acompanhados, verifica-se que 44.6% coabita com a família nuclear, enquanto 7.2% dos participantes vivem com a família nuclear alargada. Porém cerca 48.2% encontram-se a residir com colegas de trabalho ou estão no Porto a viver porque se encontram a estudar no “Ballet Teatro” (cf. Tabela 9).

<b>1.8.a Com quem vive</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Família nuclear	62	44.6
Família nuclear alargada	10	7.2
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>51.8</b>
Outras situações	67	48.2
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 9. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam.

Feita a caracterização da amostra em termos sociodemográficos, vamos avançar para a apresentação dos outros dados obtidos nas restantes partes temáticas previamente expostas, iniciando-se já de seguida a apresentação dos dados da população quanto à segurança/insegurança.

## B. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA

De seguida passaremos a apresentar os resultados obtidos relativamente à percepção dos participantes sobre a percepção de segurança / insegurança referente à área de geográfica de S. Nicolau. Este tipo de análise revela-se de especial importância para que as intervenções comunitárias possam fazer-se com real fundamento na percepção que as populações têm da sua área de residência, trabalho ou estudo.

Os dados apurados permitiram-nos constatar a presença de sentimentos de segurança (72.7%) e de insegurança (22.3%). Contudo verifica-se que 5.0% dos inquiridos, por algum motivo não responderam à questão ou referiram desconhecer se aquela zona seria segura ou não (cf. Tabela 10).

2.1. Vive numa área segura		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	101	72.7
Não	31	22.3
Não sabe/Não responde	7	5.0
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 10. Percepção de (in)segurança.

Na Tabela seguinte apresentam-se as justificações que os participantes forneceram para considerar a aquela zona segura ou insegura (cf. Tabela 11).

Quando questionados sobre motivos que levam a considerar a sua área de residência segura, os participantes justificam-na como a “experiência/observação” (41.7%), considerando que esta é “limitada a moradores/conhecidos” (9.4%), por existir “controlo social formal” (2.2%) e “por comparação com outras áreas” (1.4%). Das respostas dos inquiridos foi possível retirar alguns exemplos relativos à segurança naquela zona, tais como “*Já não há tanto vandalismo como dantes*”, “*Acha uma área segura, dá-se bem com todos. Há uma defesa*”, “*Zona turística, população pacífica e ordeira; quando há crimes são pessoas de fora, mas é muito raro*” e “*Os restaurantes vieram dar uma nova vida*” (cf. Tabela 11).

<b>2.1.a. SIM - considera ser uma área segura porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Experiência/observação	58	41.7
Limitada a moradores/conhecidos	13	9.4
Controlo social formal	3	2.2
Por comparação com outras áreas	2	1.4
<b>Total parcial</b>	<b>76</b>	<b>54.7</b>
<b>NÃO - considera ser uma área insegura porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Presença de crime/perigo	14	10.1
Tráfico/consumo de drogas	5	3.6
Escassez/limitação de policiamento	3	2.2
Predominantemente noturna/menor iluminação	3	2.2
Experiência/observação	2	1.4
Degradação ambiental	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>28</b>	<b>20.1</b>
Omissões	35	25.2
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 11. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.

No entanto, os indivíduos que afirmaram que a sua zona de residência é insegura, 10.1% referiram que tinham essa percepção de insegurança devido à “presença de crime/perigo” (e.g., “Existem indivíduos que se juntam em grupo e praticam atos de violência; “Há assaltos, mas quem faz este tipo de assaltos não vive aqui”). Com percentagens mais reduzidas seguem-se outras justificações tais como, o “tráfico/consumo de drogas” (3.6%) (e.g., “Muito tráfico”), a “escassez/limitação de policiamento” (2.2%) (e.g., “Tem pouca policia, é pouco vigiada”), o facto de ser “predominantemente noturna/menor iluminação” (2.2%) (e.g., “Falta de luminosidade na rua”; “degradação ambiental” (0.7%). Obteve-se ainda uma percentagem significativa (25.2%) de inquiridos que não responderam ou desconheciam os motivos para considerar a aquele local seguro/inseguro (cf. Tabela 11).

No que se refere à percepção que os inquiridos possuem sobre a evolução da criminalidade na sua área de residência, 40.3% dos participantes considerou que houve um aumento do fenómeno, contrariamente a 44.3% dos inquiridos, que consideraram que não houve crescimento da criminalidade (cf. Tabela 12).

<b>2.2. Aumento de criminalidade</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	56	40.3
Não	62	44.6
Não sabe/não responde	21	15.1
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 12. Percepção da evolução da criminalidade.

<b>2.2.a. SIM - a criminalidade tem aumentado porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Problemas económicos/desemprego	20	14.4
Presença de muitos problemas/conflitos	8	5.8
Ocorrência de crimes	7	5.0
Ocorrência de tráfico/consumo de drogas	3	2.2
Mediatização	2	1.4
Ineficácia da polícia/legislação	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>41</b>	<b>29.5</b>

<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>NÃO - a criminalidade não tem aumentado porque:</b>		
Experiência/Observação	43	30.9
Por controlo social formal	3	2.2
Por controlo social informal	3	2.2
<b>Total parcial</b>	<b>49</b>	<b>35.3</b>
Omissões	49	35.3
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 13. Fundamentos para a percepção da evolução da criminalidade.

Os indivíduos que afirmaram sentir um aumento no fenómeno da criminalidade, 14.4% referem que é devido a “problemas económicos/desemprego”. Seguindo-se outras razões nomeadamente “presença e muitos problemas/conflitos” (5.8%) e a “ocorrência de crimes” (5.0%). Quanto aos indivíduos que referiram não sentir um aumento da

criminalidade, 30.9% considera ter esta percepção devido a "experiência/observação". Verifica-se que 35.3% dos participantes não responderam ou não possuem conhecimento sobre o fenômeno da criminalidade naquela zona do Porto (cf. Tabela 13).

Relativamente à tipologia dos crimes mais frequentes na naquela área, segundo os inquiridos o crime mais frequente será o "tráfico de drogas" (63.3%), seguindo-se do "furto" (43.2%) e do crime de "danos a espaços/equipamentos públicos" (38.8%). Com valores muito próximos estão os crimes de "roubo" (34.5%), de "agressão física" (33.8%) e de "assalto a estabelecimento comercial" (32.4%). Com uma percentagem mais reduzida seguem-se os crimes de "assalto à residência" (21.6%), de "violência doméstica contra/entre cônjuges" (19.4%) e a "burla" (18.7%). Segundo os inquiridos estes são os crimes mais frequentes na área de residência, na Tabela segue-se outros crimes reconhecidos como frequentes. Entre os "outros" crimes mencionados pelos inquiridos (0.7%), pode referir-se "corrida de carros" (cf. Tabela 14).

<b>2.3. Crimes que mais frequentemente ocorrem na área</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Tráfico de drogas	88	63.3	<b>139</b>
Furto	60	43.2	
Danos a espaços/equipamentos públicos	54	38.8	
Roubo	48	34.5	
Agressão física	47	33.8	
Assalto a estabelecimento comercial	45	32.4	
Assalto a residência	30	21.6	
Violência doméstica contra /entre cônjuges	27	19.4	
Burla	26	18.7	
Crimes rodoviários	18	12.9	
Tráfico de armas	17	12.2	
Violência doméstica contra/entre menores	17	12.2	
Ofensas sexuais	14	10.1	
Violência doméstica contra /entre idosos	13	9.4	
Desconhece / Nenhum	16	11.5	
Outros	1	0.7	

Tabela 14. Percepção dos crimes mais praticados.

Quando questionados sobre os crimes mais temidos na cidade, 42,4% indicaram que seria o “assalto à residência”, seguindo-se a “agressão física” (39.6%), o “roubo” (37.4%), o “furto” e o “assalto a estabelecimento comercial” ambos com a mesma percentagem (25.9%). Com uma percentagem mais reduzida seguiu-se as ofensas sexuais (22.3%). No entanto, 24.5% dos participantes desconhece e/ou não conhece nenhum crime temido naquela zona da cidade. Importa salientar que 2.2% dos indivíduos afirmaram que existiam “outros” crimes que eram temidos, nomeadamente “incêndio” e “violência gratuita” (cf. Tabela 15).

<b>2.4. Crimes mais temidos, naquela área da cidade</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Assalto a residência	59	42.4	<b>139</b>
Agressão física	55	39.6	
Roubo	52	37.4	
Furto	36	25.9	
Assalto a estabelecimento comercial	36	25.9	
Ofensas Sexuais	31	22.3	
Tráfico de drogas	27	19.4	
Tráfico de armas	24	17.3	
Violência doméstica contra/entre menores	20	14.4	
Burla	18	12.9	
Danos equipamentos públicos	18	12.9	
Violência doméstica contra/entre idosos	17	12.2	
Crimes rodoviários	17	12.2	
Violência doméstica contra /entre cônjuges	15	10.8	
Desconhece / Nenhum	34	24.5	
Outros	3	2.2	

Tabela 15. **Perceção dos crimes mais temidos.**

No que diz respeito as condições favorecedoras do crime pode-se destacar essencialmente quatro, sendo a “pobreza/desemprego” (76.3%), o “consumo de drogas/álcool” (65.5%), o “policiamento deficitário” (49.6%) e os “problemas familiares” (36.0%). Para além de outras condições apontadas pelos inquiridos presentes na Tabela 16, é importante ter em conta que 2.2.% dos participantes afirmaram que existiam “outras” condições favoráveis ao crime, tais como o “abandono da zona histórica”, o “contexto intergeracional muito forte” e a “não legalização das drogas” (cf. Tabela 16).

<b>2.5. Condições apontadas como favorecedoras do crime</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Pobreza/Desemprego	106	76.3	<b>139</b>
Consumo de drogas/álcool	91	65.5	
Policimento deficitário	69	49.6	
Problemas familiares	50	36.0	
Pouca severidade para com os ofensores	48	34.5	
Reduzido movimento durante a noite	46	33.1	
Conflitos e delinquência juvenil	40	28.8	
Má iluminação pública	40	28.8	
Incapacidade de atuação dos agentes	38	27.3	
Presença de pessoas estranhas	36	25.9	
Ausência espaços verdes/lazer	31	22.3	
Maus acessos/arruamentos	20	14.4	
Desconhece/nenhum	9	6.5	
Outros	3	2.2	

Tabela 16. **Condições favorecedoras do crime.**

Vejam-se agora as incivildades identificadas como sendo frequentes na comunidade de pertença dos participantes no estudo (cf. Tabela 17).

<b>2.6. Incivildades observadas</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Deixar fezes de animais na rua	103	74.1	<b>139</b>
Urinar na via pública	85	61.2	
Estacionar de forma caótica	79	56.8	
Dispensar lixo pela rua	70	50.4	
Produzir ruído na via pública	70	50.4	
Violar regras de trânsito	49	35.3	
Peditórios ilegais	47	33.8	
Desconhece / Nenhum	6	4.3	
Outros	2	1.4	

Tabela 17. **Incivildades identificadas.**

Questionados sobre as incivildades observadas na zona de residência, todos os participantes conseguiram identificá-las, sendo que mais de metade de amostra referiu “deixar fezes de animais na rua” (74.1%), “urinar na via pública” (61.2%), “estacionar de

forma caótica” (56.8%), “dispersar lixo pela rua” e “produzir ruído na via pública”, estas últimas com a mesma percentagem (50.4%). Com uma percentagem mais reduzida segue “violar regras de trânsito” (35.3%) e “peditórios ilegais” (33.8%). De mencionar que 4.3% dos inquiridos indica que não existe nenhuma incivilidade ou não tem conhecimento das mesmas. Verifica-se que 1.4% refere “outros” mencionando “cuspir para o chão” e “obras públicas provocam ruído e poluição”.

### C. VITIMAÇÃO

Quisemos neste estudo apurar que percentagem de indivíduos poderia ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos, assim como obter uma estimativa, para o mesmo período temporal, do fenómeno de vitimação indireta, isto é, se os inquiridos têm ou não pessoas conhecidas que possam ter sido alvo de algum crime. Procura-se, também, averiguar a respeito do contacto com as autoridades e se daí resultou ou não formalização da queixa. A perceção acerca das medidas tomadas pelos agentes de controlo social e o grau de satisfação são igualmente analisados.

<b>3.1. Vítima de crime nos últimos 5 anos</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não	116	83.5
Sim	23	16.5
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 18. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos.

No total dos participantes, apenas 16.5% referiu ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos, sendo que 83.5% afirmaram não ter sofrido qualquer tipo de vitimação (cf. Tabela 18).

Nas tabelas seguintes encontra-se mencionado o tipo de crime de que alguns participantes terão sido vítimas, bem como algumas características relativas à situação de vitimação. Importa sublinhar que as respostas a seguir apresentadas são referentes ao

grupo de indivíduos que afirmaram ter sido vítima de crime (questão 3.1.), não obstante os valores percentuais apresentados terem como base de incidência o total da amostra.

Para os 116 participantes (83.5%) que referiram não ter sido alvo de qualquer crime, os itens das tabelas seguintes surgem referenciados como “não aplicável”.

<b>3.1.1. Crime de que foi vítima</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Furto	7	5
Roubo	5	3.6
Ofensas sexuais	4	2.9
Furto em veículo	2	1.4
Violência doméstica	1	0.7
Fraude	1	0.7
Agressão	1	0.7
Atropelamento e fuga	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>22</b>	<b>15.7</b>
Omissões	1	0.7
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 19. **Tipologia de crimes para a vitimação.**

Relativamente aos crimes de que os 23 sujeitos foram vítimas, destaca-se o “furto” (5%), o “roubo” (3.6%), as “ofensas sexuais” (2.9%) e o “furto a veículo” (1.4%). Há ainda a indicação de quatro dos sujeitos foram vítimas de “violência doméstica”, de “fraude”, de “agressão” e de “atropelamento e fuga” (um caso de cada). De mencionar que dos 23 indivíduos, 1 não mencionou qual o tipo de crime de que foi vítima (cf. Tabela 19).

<b>3.1.2. Danos sofridos pelas vítimas</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Danos materiais	12	8.6	<b>139</b>
Danos psicológicos	12	8.6	
Danos físicos	4	2.9	
Não aplicável	116	83.5	

Tabela 20. **Consequências da vitimação.**

Questionados sobre as consequências sofridas, verificou-se que os danos materiais e os danos psicológicos foram os mais mencionados, ambos com a mesma percentagem (8.6%). Os danos físicos foram menores, atingindo apenas 2.9% das vítimas (cf. Tabela 20). Apesar de haver esta separação por categorias é importante referir que não se exclui a possibilidade de existirem consequências múltiplas para a vítima. Contudo, em determinados crimes, os danos são apontados como distintos, tudo dependerá do crime que a vítima sofreu.

Importa também para um reconhecimento mais apurado do fenómeno de vitimação criminal fazer-se uma análise às circunstâncias associadas ao cometimento dos crimes, bem como uma apreensão das motivações da vítima para contactar o sistema de controlo formal e formalizar ou não uma queixa.

<b>3.1.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Dia	15	10.8
Noite	8	5.8
<b>Total parcial</b>	<b>23</b>	<b>16.6</b>
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 21. **Período do dia em que ocorreu o crime.**

No que se refere ao enquadramento temporal os sujeitos que foram alvo de situações criminais, curiosamente referem que o crime aconteceu durante o horário diurno (10.8%), os restantes indivíduos (5.8%) mencionam que o crime ocorreu durante o horário noturno (cf. Tabela 21).

Os participantes que foram alvos de um determinado crime referem que este ocorreu na “rua” (9.4%), sendo o local mais frequente para a ocorrência de crime, seguido pelo espaço “casa” (2.2%). Contudo os restantes dos participantes referem outros locais, sendo que 4 indivíduos referem que o crime ocorreu no “estacionamento” e no “metro”, tendo os restantes 3 sujeitos mencionado “autocarro”, “parque de estacionamento” e “internet” (cf. Tabela 22).

### 3.1.4. Local em que ocorreu o crime

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	13	9.4
Em casa	2	2.2
Outro local: Estabelecimento	2	1.4
Metro	2	1.4
Autocarro	1	0.7
Parque de estacionamento	1	0.7
Internet	1	0.7
Trabalho	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>23</b>	<b>16.5</b>
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 22. Local de ocorrência do crime.

### 3.1.5. Nessa altura a vítima encontrava-se:

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Só	13	9.4
Acompanhado	8	5.8
Não sabe	2	1.4
<b>Total parcial</b>	<b>23</b>	<b>16.5</b>
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 23. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.

Quando a ocorrência aconteceu 9.4% dos sujeitos encontrava-se “só”, sendo que 5.8% encontrava-se “acompanhado”. Já 1.4% não soube precisar se estava sozinho ou acompanhado aquando a ocorrência do crime (cf. Tabela 23).

### 3.1.6. O ofensor era:

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Estranho	9	6.5
Conhecido	3	2.2
Não sabe	11	7.9
<b>Total parcial</b>	<b>23</b>	<b>16.5</b>
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 24. Relação ofensor - vítima.

Analisando a relação de proximidade ofensor – vítima verificou-se que o autor do crime seria alguém “estranho” à vítima (6.5%), embora 2.2% dos participantes revelassem que seria alguém “conhecido”. Já 7.9% dos inquiridos “não sabe”, uma vez que não foi possível fazer essa identificação (cf. Tabela 24).

As ocorrências mencionadas podem ter resultado ou não em contactos com as autoridades policiais e, desse mesmo contacto, poderá ter havido ou não a formalização de uma queixa. Para aqueles que mencionaram ter realizado uma queixa formal foi solicitado, ainda, que se denunciasses sobre a atuação da polícia.

<b>3.1.7. Contactou as autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	15	10.8
Não	8	5.8
<b>Total parcial</b>	<b>23</b>	<b>16.5</b>
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 25. **Contacto / não contacto com as autoridades.**

Da análise pode-se constatar que 10.8% dos indivíduos que foram alvos de uma situação criminal contactaram as autoridades, sendo que 5.8% optaram por não contactar as autoridades (cf. Tabela 25). Os motivos para a denúncia e não denúncia encontram-se descritos na tabela 26.

O motivo pelo qual justifica o contacto com as autoridades é “pela seguradora” (4.3%), com valores inferiores os sujeitos que referem que “confia” (1.4%) e que “vale a pena” (0.7%). Os restantes indivíduos que referiram “outros” indicaram que “não sabia o que fazer”, seriam dados “para a estatística” e pela “saturação” (cf. Tabela 26).

<b>3.1.7.a. SIM - contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Pela Seguradora	6	4.3
Confia	2	1.4
Vale a pena	1	0.7
Outro	3	2.2
<b>Total parcial</b>	<b>12</b>	<b>8.6</b>

<b>NÃO - não contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não vale a pena	7	5.0
<b>Total parcial</b>	<b>7</b>	<b>5.0</b>
Omissões	4	2.9
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 26. **Motivos para o contacto /não contacto com as autoridades.**

Já os motivos que levaram as vítimas a não contactarem as autoridades 5.0% referem que “não vale a pena”. Porém 2.9% optaram por não responder à questão (cf. Tabela 26).

<b>3.1.8. Formalizou oficialmente a queixa</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	11	7.9
Não	4	2.9
<b>Total parcial</b>	<b>15</b>	<b>10.8</b>
Sem contato com polícia	8	5.8
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 27. **Formalização/Não formalização da queixa.**

Do contacto com as autoridades policiais 7.9% formalizaram a queixa, sendo que 2.9% optaram pela não formalização (cf. Tabela 27).

Relativamente aos motivos que levaram os participantes a formalizarem a queixa junto das autoridades, 1.4% referiu que seria para fins de “estatística” e expectativa de “detenção do agressor”, enquanto os restantes mencionaram que seria uma forma de “haver justiça” (0.7%), que constitui um “dever enquanto cidadão” (0.7%) e que seria pela “seguradora” (0.7%) (cf. Tabela 28).

<b>3.1.8.a. SIM- formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Estatística	2	1.4
Detenção do agressor	2	1.4
Haver justiça	1	0.7
Dever enquanto cidadão	1	0.7
Seguradora	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>7</b>	<b>4.9</b>
<b>NÃO - não formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Falta de eficácia por parte da PSP	1	0.7
Falta de confiança na Justiça	1	0.7
Falta de profissionalismo por parte dos agentes	1	0.7
Não vale a pena	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>4</b>	<b>2.9</b>
Sem contato com polícia	8	5.8
Omissões	4	2.9
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 28. **Motivos para a formalização/não formalização da queixa.**

Foram alguns motivos pelos quais os restantes indivíduos optaram pela não formalização da queixa junto das autoridades policiais, nomeadamente “falta de eficácia por parte da PSP” (0.7%), “falta de confiança na justiça” (0.7%), “falta de profissionalismo por parte dos agentes” (0.7%) e por terem presente a crença de que “não vale a pena” (0.7%) (cf. Tabela 28). De referir que 2.9% dos sujeitos não responde à questão.

No que se refere à perceção dos participantes acerca das diligências das autoridades policiais, estas passaram pela “investigação criminal” (1.4%) e por dar apoio “apoio à vítima – MIPP” (0.7%). No entanto 2.9% não especifica as medidas tomadas pelos agentes de autoridade e 2.2% refere “nenhuma”. Existindo ainda um indivíduo que optou por não responder (cf. Tabela 29).

<b>3.1.9. Medidas tomadas pelas autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Investigação criminal	2	1.4
Apoio à vítima- MIPP	1	0.7
Não especifica	4	2.9
Nenhuma	3	2.2
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>7.2</b>
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	12	8.6
Omissões	1	0.7
Não aplicável	116	83.5
<b>N</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 29. Percepção das medidas tomadas pelas autoridades.

A maioria dos sujeitos (5.0%) manifestou insatisfação relativamente às medidas tomadas pelas autoridades, enquanto 1.4% referiu que estava satisfeito. No entanto, 1.4% optou por não dar resposta à questão (cf. Tabela 30).

<b>3.1.10. Satisfação/Insatisfação com essas medidas</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	2	1.4
Não	7	5.0
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>6.4</b>
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	12	8.6
Omissões	2	1.4
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 30. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades.

Os participantes que formalizaram a queixa e se mostraram satisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades, não especificam quais os motivos para estarem satisfeitos.

### 3.1.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não especifica	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>1</b>	<b>0.7</b>

### NÃO - insatisfeito com as medidas das autoridades porque:

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não resolução do problema	3	2.2
Lentidão do processo	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>4</b>	<b>2.9</b>
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	12	8.6
Omissões	6	4.3
Não aplicável	116	83.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 31. **Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas.**

Já os sujeitos que formalizaram a queixa e que se mostram insatisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades indicam a “não resolução do problema (2.2%) e a “lentidão do processo” (0.7%) (e.g., “*Deveriam ter de alguma maneira agilizado o processo*”). Contudo 4.3% dos sujeitos não referiram os motivos para a in(satisfação) com as medidas tomadas (cf. Tabela 31).

Neste inquérito, os participantes foram igualmente questionados sobre se conheciam alguém que tivesse sido alvo de crime nos últimos 5 anos. O objetivo é obtermos informação sobre o fenómeno de vitimação indireta, que pode igualmente interferir com a perceção de insegurança /segurança de cada pessoa.

### 3.2. Vitimação indireta nos últimos 5 anos

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	104	74.8
Sim	35	25.2
<b>Total / n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 32. **Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos (vitimação indireta).**

Verificámos que 74.8% afirmaram não conhecer alguém que tenha passado por uma experiência de vitimação criminal, face a 25.2% que refere que conhece (cf. Tabela 32).

As questões e os resultados que se seguem apenas dizem respeito aos indivíduos que afirmaram ter conhecimento de alguém que foi vítima de uma situação criminal.

<b>3.2.a Relação do participante com a vítima</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Familiar	11	7.7
Amigo(a)	10	7.2
Vizinho(a)	2	1.4
Cliente	1	0.7
Colega	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>25</b>	<b>17.9</b>
Omissões	10	7.2
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 33. Relação participante - vítima (vitimação indireta).

No que se refere à relação entre o participante - vítima verificou-se que os sujeitos que 11 referiram ser um “familiar” (7.7%), 10 afirmaram que foi um “amigo(a)” (7.2%), 2 mencionaram ser um “vizinho” (1.4), 1 indicou ter sido um “cliente” (0.7%) e outro ter sido um “colega” (0.7%). Verifica-se ainda 10 sujeitos (7.2%) não mencionam qual a relação que tinha com a vítima.

<b>3.2.1. Crime sofrido pela vítima</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Roubo	13	9.4
Assalto	10	7.2
Violência doméstica	4	2.9
Agressão	2	1.4
Roubo em residência	1	0.7
Furto	1	0.7
Roubo por esticção	1	0.7
Burla	1	0.7
Assalto com arma	1	0.7
Atropelamento	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>25.1</b>
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 34. Tipologia de crimes sofridos pelas vítimas (vitimação indireta)

Da análise das tipologias de crimes que os sujeitos foram vítimas, o crime mais frequente foi o “roubo” (9.4%), seguindo-se o “assalto” (7.2%), a “violência doméstica” (2.9%) e a “agressão” (1.4%). Os crimes “roubo em residência”, “furto”, “roubo por esticção”, “burla”, “assalto com arma” e “atropelamento” são os crimes que possuem uma valor reduzido de 0.7% (cf. Tabela 34).

<b>3.2.2. Danos sofridos pela vítima</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Danos materiais	27	19.4	<b>139</b>
Danos físicos	13	9.4	
Danos psicológicos	6	4.3	
Não aplicável	104	74.8	

Tabela 35. **Consequências da vitimação (vitimação indireta)**

Relativamente às consequências da vitimação foi referido pelos inquiridos que 19.4% dos sujeitos conhecidos sofreram danos materiais, seguindo-se com 9.4% indivíduos que tiveram danos físicos. Já os dados psicológicos sofridos pelos sujeitos conhecidos tiveram uma menor percentagem de 4.3% (cf. Tabela 35).

<b>3.2.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Dia	20	14.4
Noite	13	9.4
Não sabe	2	1.4
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>25.2</b>
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 36. **Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).**

Quando questionados em que altura ocorreu o crime, segundo os participantes mencionaram ter sido em horário diurno (14.4%), sendo que 9.4% foi durante o horário noturno. Porém existe uma percentagem muito reduzida de inquiridos (1.4%) que “não sabe” exatamente em que altura ocorreu o crime (cf. Tabela 36).

<b>3.2.4. Local em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Na rua	17	12.2
Em casa	7	5.0
Outro local: Trabalho	4	2.8
Centro comercial	1	0.7
Metro	6	4.3
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>25</b>
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 37. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta).

É possível verificar que um número significativo de situações de vitimação acontece na “rua” (12.2%), seguindo-se pelas situações que têm lugar “em casa” (5.0%). Embora os participantes refiram outros locais onde a pessoa conhecida foi vítima, tais como “metro” (4.3%), “trabalho” (2.8%) e “centro comercial” (0.7%) (cf. Tabela 37).

<b>3.2.5. Nessa altura a vítima encontrava-se</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Acompanhado	17	12.2
Só	13	9.4
Não sabe	5	3.6
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>25.2</b>
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 38. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta).

Segundo os inquiridos a vítima conhecida encontrava-se “acompanhado” (12.2%), contudo os restantes indivíduos encontrar-se-iam “só” (9.4%), na altura em que foram vítimas de crime (cf. Tabela 38). De referir que 3.6% “não sabe” se a vítima estaria acompanhada ou sozinha.

<b>3.2.6. O ofensor era:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Estranho	19	13.7

Não sabe	8	5.8
Conhecido	8	5.8
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>25.3</b>
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 39. **Relação ofensor - vítima (vitimação indireta).**

Relativamente à relação entre ofensor-vítima, verificou-se que a maioria dos ofensores (13.7%) era “estranho”, sendo que 5.8% o ofensor era “conhecido” da vítima. Contudo 5.8% dos inquiridos respondem “não sabe” pelo fato de não possuírem informações acerca desse facto (cf. Tabela 39).

<b>3.2.7. A vítima conhecida contactou as autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	18	12.9
Não	11	7.9
Não sabe	6	4.3
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>25.1</b>
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 40. **Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta).**

Quando os 35 participantes referiram conhecer sujeitos que foram alvos de crime, 12.9% mencionaram que a vítima contactou as autoridades policiais, porém 7.9% afirmaram que as vítimas não contactam com as autoridades. Sendo que 4.3% “não sabe”, não tendo conhecimento sobre a questão (cf. Tabela 40).

De acordo com os participantes do estudo as vítimas conhecidas que foram alvos de crime apresentam motivos para contactarem as autoridades, 5.0% acreditam que “vale a pena”, 4.3% “confia” na atuação das autoridades e 1.4% pela “seguradora” (cf. Tabela 41).

<b>3.2.7.a. SIM - a vítima contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Vale a pena	7	5.0
Confia	6	4.3
Seguradora	2	1.4

<b>Total parcial</b>	<b>15</b>	<b>10.7</b>
<b>NÃO - a vítima não contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não vale a pena	3	2.2
Medo	1	0.7
Falta de tempo	1	0.7
Não especifica	2	1.4
Sem autonomia financeira	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>8</b>	<b>5.7</b>
Omissões (não sabe se contactou; não justifica)	12	8.6
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 41. **Motivos para o contacto / não contacto com as autoridades (vitimação indireta).**

No entanto segundo os inquiridos alguns dos seus conhecidos não contactaram as autoridades policiais pelo facto de acreditarem que “não vale a pena” (2.2%), por “medo”(0.7%), pela “falta de tempo” (0.7%) e pela ausência de “autonomia financeira” (0.7%). Para além disso, 1.4% não especifica os motivos que levaram a pessoa a não contactar as autoridades policiais. De acordo com os dados da tabela 41, verifica-se ainda que 8.6% omitiram a resposta devido ao facto de não possuírem conhecimento sobre a matéria ou apenas não referem os motivos que levaram ou não as vítimas a contactarem as autoridades (cf. Tabela 41).

<b>3.2.8. Formalizou oficialmente a queixa</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	12	8.6
Não	1	0.7
Não sabe	11	7.9
<b>Total parcial</b>	<b>24</b>	<b>17.2</b>
Sem contato com polícia	11	7.9
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 42. **Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta).**

Relativamente aos indivíduos que contactaram com as autoridades 8.6% dos participantes tem conhecimento que a vítima formalizou a queixa junto das autoridades, porém 0.7% sabe que a vítima não a formalizou. Mais de metade dos participantes (7.9%) “não sabe” se houve ou não formalização da queixa por parte das vítimas.

Analisando a tabela 43 verifica-se que segundo os participantes a formalização da queixa tem várias como finalidades, nomeadamente “para prevenir” (1.4%), “haver justiça” (1.4%), “para encontrar pertences” (1.4%). Com uma menor percentagem os restantes inquiridos referiram “detenção do agressor” (0.7%), “dever enquanto cidadão” (0.7%), pela “seguradora” (0.7%), “confiança nas autoridades” (0.7%) e porque “foi chamado o INEM” (0.7%).

<b>3.2.8.a. SIM- formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Para prevenir	2	1.4
Para encontrarem pertences	2	1.4
Detenção do agressor	1	0.7
Haver justiça	1	0.7
Dever enquanto cidadão	1	0.7
Seguradora	1	0.7
Confiança nas autoridades	1	0.7
Foi chamado o INEM	1	0.7
Não responde	2	1.4
<b>Total parcial</b>	<b>12</b>	<b>8.6</b>
<b>NÃO - não formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<i>Não justificam resposta</i>	-	-
Não sabe	11	7.9
Sem contato com polícia	11	7.9
Omissões	1	0.7
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 43. **Motivos para a formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).**

De referir que 1.4% não respondeu sobre os motivos que a vítima optou por formalizar a queixa. De referir que 0.7% omitiram a resposta, não sendo possível assim saber qual o motivo pelo qual a vítima não formalizou a queixa. Verifica-se que 7.9% dos inquiridos “não sabe” o motivo pelo qual a vítima não formalizou a queixa (cf. Tabela 43).

<b>3.2.9. Medidas tomadas pelas autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Encaminhamento para o Ministério Público	1	0.7
Burocracia extensa que levou à desistência da queixa	1	0.7

Investigação criminal	1	0.7
Nenhumas	1	0.7
Não especifica	3	2.2
<b>Total parcial</b>	<b>7</b>	<b>5.0</b>
Não sabe	14	10.1
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	11	7.9
Omissões	3	2.2
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 44. **Percepção das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).**

No que se refere à percepção das vítimas relativamente às medidas tomadas pelas autoridades verificou-se o “encaminhamento para o Ministério Público” (0.7%) (e.g., “*Seguiu o processo normal e foi chamado ao DIAP*”) e a “investigação criminal” (0.7%) (e.g., “*Tentaram encontrar os culpados*”). No entanto 0.7% afirmaram que a vítima optou por desistir devido “*burocracia extensa*”. Porém 2.2% dos inquiridos não especifica nenhuma medida que tenha sido tomada pelas autoridades, após a formalização da queixa e 0.7% afirmam que as autoridades não tomaram “nenhuma” medida (cf. Tabela 44).

<b>3.2.10. A vítima ficou satisfeita/Insatisfeita com essas medidas</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	2	1.4
Não	7	5.0
<b>Total parcial</b>	<b>9</b>	<b>6.4</b>
Não sabe	14	10.1
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	11	7.9
Omissões	1	0.7
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 45. **(In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).**

Relativamente ao grau de in(satisfação) face às medidas tomadas pelas autoridades, a tabela 45 indica que 5.0% dos inquiridos afirmaram que a vítima não ficou satisfeita com as medidas tomadas pelas autoridades e 1.4% dos participantes indicaram que a vítima ficou insatisfeita (cf. Tabela 45).

Quanto aos motivos de satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades 0.7% dos participantes indicam que a vítima ficou satisfeita pelo facto de ter sido possível a “identificação do agressor”, já 0.7% “não especifica” o motivo da satisfação por parte da vítima (cf. Tabela 46).

<b>3.2.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Identificação do agressor	1	0.7
Não especifica	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>2</b>	<b>1.4</b>
<b>NÃO- insatisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não resolução do problema	2	1.4
Ausência de informações	1	0.7
Falta de eficácia por parte das autoridades	2	1.4
<b>Total parcial</b>	<b>5</b>	<b>3.5</b>
Não sabe	13	9.4
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	11	7.9
Omissões	4	2.9
Não aplicável	104	74.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 46. **Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas (vitimação indireta).**

Porém existem sujeitos se mostraram insatisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades devido à “não resolução do problema” (1.4%), à “ausência de informações” (0.7%) e à “falta de eficácia por parte das autoridades” (1.4%) (cf. Tabela 46).

## D. CONTROLO SOCIAL

Neste inquérito foram analisadas as percepções da população sobre o controlo social formal e a sua atuação no sentido de garantir a segurança na comunidade. Assim, os dados a seguir apresentados referem—se ao modo como as forças de segurança são percebidas pelos indivíduos pertencentes a esta comunidade.

Relativamente às percepções que os inquiridos têm sobre a atuação dos agentes de autoridade, 36.0% indicaram que “quase nunca” os agentes garantem a segurança, seguindo-se com 24.5% o grupo de sujeitos que responderam “quase sempre”, com 18.0% os participantes que referiram “sempre” e por último com 11.5% o grupo de sujeitos que afirmaram “nunca”. Contudo, de referir que 7.9% “não sabe” se os agentes de autoridade garantem a segurança e 2.2% dos participantes omitiram as suas respostas (cf. Tabela 47).

4.1. Os agentes de autoridade garantem segurança		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	25	18.0
Quase sempre	34	24.5
Quase nunca	50	36.0
Nunca	16	11.5
<b>Total Parcial</b>	<b>125</b>	<b>90</b>
Não sabe	11	7.9
Omissões	3	2.2
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 47. Percepções da ação dos agentes de autoridade.

Analisando o Tabela 48, os sujeitos que indicaram que os agentes de autoridade fazem tudo para garantir a segurança “sempre” e “quase sempre” afirmaram que existe “suficiente policiamento” (18.0%) (e.g., “Acho que existe bastante segurança”), “esforço, com limitação de condições” (7.2%) (e.g., “os meios são escassos e não chegam para todas as solicitações”) e “disponibilidade de apoio” (2.9). Já 2.9% dos participantes “não especifica” as razões que justificam a sua percepção positiva em relação à atuação das agentes (cf. Tabela 48).

**4.1.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - agentes garantem a segurança porque:**

<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Suficiente policiamento	25	18.0
Esforço, com limitação de condições	10	7.2
Disponibilidade de apoio	4	2.9
Não especifica	20	14.4
<b>Total parcial</b>	<b>59</b>	<b>42.5</b>

**QUASE NUNCA OU NUNCA - agentes não garantem a segurança porque:**

<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Défice/Limitação de policiamento	34	24.5
Existência de corrupção/degradação	12	8.6
Medo	10	7.2
Ineficácia do controlo social formal	1	0.7
Não especifica	9	6.3
<b>Total parcial</b>	<b>66</b>	<b>47.4</b>
Omissões	14	10.1
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 48. **Fundamentação das percepções da ação dos agentes de autoridade.**

Os participantes que afirmaram que os agentes “nunca” ou “quase nunca” fazem tudo para garantir a segurança indicaram algumas razões, tais como o “défice/limitação de policiamento” (24.5%), a “existência de corrupção/degradação” (8.6%), o “medo” (7.2%) e a “ineficácia do controlo social formal” (0.7%) (e.g., “*Só se preocupam com os carros*”; “*Autoridades só para multar*”). De referir que 6.3% dos participantes “não especifica” quais as suas razões que justificam a resposta anterior e 9.8% não sabe ou não responde à questão (cf. Tabela 48).

Passemos analisar as respostas relativas sobre a satisfação em relação à atuação dos agentes de autoridade. Verifica-se na Tabela 49 que 33.8% revelaram encontrar-se “pouco satisfeitos”, contrariamente ao grupo de indivíduos que consideram estar “satisfeitos” (28.1%), de seguida segue-se o grupo de participantes que referiram estar “nada satisfeitos” (17.3%) e por último o grupo de sujeitos que não considera estar “muito satisfeitos” (11.5%) com a atuação das autoridades policiais. Não esquecendo que 6.5% “não sabe” qual o seu grau de (in)satisfação relativamente à atuação das autoridades policiais e 2.9% foram omissões na resposta (cf. Tabela 49).

<b>4.2. Grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança.</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito satisfeito	16	11.5
Satisfeito	39	28.1
Pouco satisfeito	47	33.8
Nada satisfeito	24	17.3
<b>Total Parcial</b>	<b>126</b>	<b>90.7</b>
Não sabe	9	6.5
Omissões	4	2.9
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 49. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

Segue-se agora a análise das fundamentações dos participantes relativas aos diferentes graus de satisfação em relação à atuação das autoridades policiais (cf. Tabela 50). Os sujeitos que indicaram que estavam “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” consideraram que existe “eficácia/eficiência na atuação” (10.8%), “atuação proactiva/disponibilidade” (7.9%), “recursos disponíveis” (6.5%) e “prontidão de respostas” (2.2%) (cf. Tabela 50).

<b>4.2.1. MUITO SATISFEITO OU SATISFEITO- satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Eficácia / Eficiência na atuação	15	10.8
Atuação proactiva / Disponibilidade	11	7.9
Função dos recursos disponíveis	9	6.5
Prontidão de respostas	3	2.2
<b>Total parcial</b>	<b>38</b>	<b>27.4</b>
<b>POUCO SATISFEITO OU NADA SATISFEITO- insatisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Escassez / Limitação de policiamento	20	14.4
Inércia/Ineficácia	9	6.5
Formação / Experiência insuficiente	8	5.8
Atuação reativa ou por conveniência	5	3.6
Imagem depreciativa	5	3.6
Atuação tardia	2	1.4
<b>Total parcial</b>	<b>49</b>	<b>35.3</b>
Não sabe / Não responde	52	37.4
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 50. Fundamentação (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

Enquanto os participantes que responderam estar “pouco satisfeitos ou “nada satisfeitos” com a atuação da polícia (cf. Tabela 50), consideram que há “escassez/limitação de policiamento” (14.4%), “inércia/ineficácia” (6.5%), “formação/experiência insuficiente” (5.8%), “atuação reativa ou por conveniência” (3.6%), “imagem de depreciativa” (3.6%) e “atuação tardia” (1.4%). No entanto existe um número significativo (37.4%) de indivíduos que “não sabe/não responde” à questão colocada (cf. Tabela 50).

Colocada a questão a propósito do eventual recurso à ajuda de vizinhos, um elevado número de participantes referiu “nunca” (50.4%), seguindo-se do grupo de inquiridos que indicou “sempre” (20.1%), com percentagens relativamente mais baixa segue o grupo que respondeu “quase sempre” (12.9%) e por último os participantes que responderam “quase nunca” (6.5%). Porém 10.1% dos inquiridos omitiram a resposta ou porque não sabem ou pelo facto de não responderem à questão (cf. Tabela 51).

<b>4.3. Frequência com que os sujeitos recorrem à ajuda dos vizinhos</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	28	20.1
Quase sempre	18	12.9
Quase nunca	9	6.5
Nunca	70	50.4
<b>Total Parcial</b>	<b>125</b>	<b>89.9</b>
Omissões	14	10.1
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 51. **Frequência do recurso ao apoio dos vizinhos.**

Na Tabela seguinte apresentam-se as justificações dos participantes acerca dos motivos pelos quais recorrem ou não ao apoio dos vizinhos. Os participantes que responderam que recorrem “sempre” ou “quase sempre” apresentaram nomeadamente três justificações, “solidariedade/apoio” (12.9%), “confiança/proximidade” (6.5%) e “por necessidade” (4.3%).

#### 4.3.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre à ajuda dos vizinhos porque:

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Solidariedade/Apoio	18	12.9
Confiança / Proximidade	9	6.5
(Apenas) por necessidade	6	4.3
<b>Total parcial</b>	<b>33</b>	<b>23.7</b>

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Inexistência de necessidade	44	31.7
Desconfiança ou evitamento de proximidade	3	2.2
Evitamento de incómodo causado a outros	3	2.2
Inexistência de solidariedade/apoio	2	1.4
<b>Total parcial</b>	<b>52</b>	<b>37.5</b>
Não sabe / Não responde	54	38.8
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 52. Fundamentação do recurso ao apoio dos vizinhos.

Já os sujeitos que responderam à questão “quase nunca” ou “nunca”, referiram que não recorrem à ajuda devido à “inexistência de necessidade” (31.7%), por “desconfiança ou evitamento de proximidade” (2.2%), por “evitamento de incómodo causado a outros” (2.2%) e pela “inexistência de solidariedade/apoio” (1.4%). Contudo uma percentagem significativa (38.8) de participantes não sabe ou optaram por omitir a resposta à questão (cf. Tabela 52).

Quanto ao recurso à ajuda de entidades locais de apoio, um número significativo (43.9%) dos inquiridos respondeu “nunca”, seguindo-se do grupo que respondeu “quase nunca” (15.8%), de seguida o grupo de participantes que indicou “sempre” (12.2%) e, por fim, o grupo que mencionou “quase sempre” (11.5%). Verificou-se ainda que 16.6% não sabe ou não respondeu à questão (cf. Tabela 53).

<b>4.4. Frequência de solicitação de ajuda a entidades locais</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	17	12.2
Quase sempre	16	11.5
Quase nunca	22	15.8
Nunca	61	43.9
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>83.4</b>
Omissões	23	16.6
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 53. **Frequência do recurso a entidades locais de apoio.**

Vejamos, de seguida, como os participantes neste estudo fundamentam as suas respostas a respeito da eventual solicitação de apoio a entidades locais.

Analisando o Tabela 54, dos participantes que mencionaram recorrer ao apoio de entidades formais “sempre” ou “quase sempre”, um número significativo (10.8%) afirmou ser devido à “existência de necessidade”. Os restantes com uma menor percentagem indicam a “existência/acessibilidade de entidades” (5.0%), a “preferência pelo apoio formal” (1.4%) e a “confiança/eficácia de respostas” (0.7%) (cf. Tabela 54).

<b>4.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre a entidades locais porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Existência de necessidade	15	10.8
Existência/Acessibilidade de entidades	7	5.0
Preferência pelo apoio formal	2	1.4
Confiança/Eficácia de respostas	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>25</b>	<b>17.9</b>
<b>QUASE NUNCA OU NUNCA- não recorre a entidades locais porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Inexistência de necessidade	48	34.5
Desconfiança / Ineficácia de respostas	6	4.3
Inexistência/Inacessibilidade das entidades	2	1.4
Evitamento de auto exposição	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>57</b>	<b>40.9</b>
Não sabe / Não responde	57	41.0
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 54. **Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.**

Quanto aos que mencionaram não recorrer aos apoios de entidades locais, pode constatar-se que uma percentagem significativa (34.5%) considera haver “inexistência de necessidade”, com percentagens relativamente mais baixas seguem as justificações baseadas na “desconfiança/ineficácia de respostas” (4.3%). Verifica-se ainda que 41.0% dos inquiridos acabou por não apresentar nenhuma justificação que fundamentasse o recurso ou não a entidades locais (cf. Tabela 54).

Na Tabela seguinte estão mencionadas entidades às quais os participantes solicitaram algum tipo de apoio (cf. Tabela 55).

<b>4.4.2. Entidades a que recorre</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Polícia de Segurança Pública	7	4.9	<b>139</b>
Segurança Social	7	4.9	
Centro social (Equipa RSI)	6	4.2	
Junta de Freguesia	4	2.8	
Santa Casa da Misericórdia /Lar /Centro de Dia	4	2.8	
Médicos do Mundo	1	0.7	
Bombeiros	1	0.7	

Tabela 55. **Recurso a entidades formais.**

Assim, relativamente às entidades de apoio formal a que os sujeitos podem eventualmente recorrer, ou a que já teriam recorrido (cf. Tabela 55) verifica-se um maior apelo a entidades como os balcões da Segurança Social (13.0%), a Junta de Freguesia (8.0%) e os serviços de saúde disponíveis no local (7.5%). De referir que, do total de inquiridos, 137 indivíduos afirmou não recorrer nunca a tais instituições, pelo que a esses esta questão não era aplicável.

Para melhor se perceber até que ponto os inquiridos eram suficientemente conhecedores daquela região e se estariam suficientemente enquadrados na comunidade, é pertinente que se passe à apresentação dos resultados referentes à parte do envolvimento comunitário.

## E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Esta parte começa pretende analisar há quanto tempo os inquiridos residem, trabalham ou estudam na área em análise, no sentido de compreender questões mais ou menos associadas à ligação entre cada indivíduo e a comunidade em que se insere.

Relativamente aos anos que os participantes pertencem àquela comunidade, mais de metade (56.4%) está na comunidade há “10 ou mais anos”, seguindo-se do grupo de indivíduos que mencionou há “3 anos ou menos” (33.8%). Com percentagens significativamente inferiores seguem o grupo que indicou estar há “7 a 9 anos” (5.8%) e por último o grupo de participantes que se encontra na comunidade há “4 a 6 anos (cf. Tabela 56).

<b>5.1. Anos de residência/trabalho/estudo</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
3 Anos ou menos	47	33.8
4 a 6 Anos	5	3.6
7 a 9 Anos	8	5.8
10 Anos ou mais	79	56.8
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 56. Anos de residência/trabalho/estudo na comunidade.

Na Tabela 57 constam os resultados relativamente às mudanças do ponto de vista dos participantes, que poderiam de alguma forma, melhorar a qualidade de vida naquela comunidade. Assim verifica-se que 23.7% aponta a “reabilitação urbana/estradas e arruamentos” e 23.0% menciona “mais espaços verdes/lazer” como fatores que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Com percentagens mais reduzidas segue-se “mais postos de trabalho” (16.5%), “mais policiamento/segurança” (15.1%), “menos poluição sonora e ambiental” (15.1%) e “mais serviços/apoio social formal” (13.7%). Com valores mais reduzidos pode-se verificar ainda outras mudanças que seriam uma mais-valia para aquela comunidade, segundo os participantes (cf. Tabela 57).

### 5.2. Mudanças para melhorar a qualidade de vida naquela área

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Reabilitação urbana/Estradas e arruamentos	33	23.7	139
Mais espaços verdes/lazer	32	23.0	
Mais postos de trabalho	23	16.5	
Menos poluição sonora e ambiental	21	15.1	
Mais policiamento/segurança	21	15.1	
Mais serviços/Apoio social formal	19	13.7	
Mais estacionamento	10	7.2	
Educação/Civismo	11	7.9	
Prevenção criminal/droga	6	4.3	
Mais população/turistas/movimento	5	3.6	
Mais iluminação pública	4	2.9	
Mais educação rodoviária	3	2.2	
Mais comércio	2	1.4	
Mais transportes	1	0.7	

Tabela 57. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida.

Na Tabela seguinte encontram-se descritas algumas mudanças sugeridas pelos inquiridos, de modo a que houvesse mais segurança na comunidade de pertença (cf. Tabela 58).

### 5.3. Mudanças para aumentar a segurança naquela área

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Mais policiamento/segurança	82	59.0	139
Educação/Civismo	7	5.0	
Prevenção criminal/droga	5	3.6	
Mais serviços/Apoio social formal	4	2.9	
Reabilitação urbana/Estradas e arruamentos	3	2.2	
Mais iluminação	3	2.2	
Mais população/turistas/movimento	2	1.4	
Mais espaços verdes/lazer	2	1.4	
Menos poluição sonora e ambiental	2	1.4	

Tabela 58. Mudanças percebidas para aumentar a segurança.

Observe-se que, mais de metade (59%) dos inquiridos considera que deveria haver “mais policiamento/segurança”. De seguida, com valores consideravelmente inferiores, mas igualmente importantes, seguem-se “educação/civismo” (5%), “prevenção criminal/droga” (3.6%), “mais serviços/apoio social formal” (2.9%), “reabilitação urbana/estradas e arruamentos” (2.2%), “mais iluminação” (2.2%), “mais população/turistas/movimento” (1.4%), “mais espaços verdes/lazer” (1.4%) e “menos poluição sonora e ambiental” (1.4%) (cf. Tabela 58).

De seguida apresentam-se os resultados obtidos quando os indivíduos foram questionados acerca da sua disposição em colaborar com as autoridades, de modo a contribuírem para o aumento da segurança naquela zona do Porto (cf. Tabela 59). Assim foi possível extrair os seguintes resultados, mais de metade (56.1%) mencionou colaborar “sempre”, segue-se o grupo que respondeu colaborar “quase sempre” (16.5%). Com valores inferiores o grupo de inquiridos que indicam que “nunca” (6.5%) colaboram e o grupo que referiu colaborar “quase nunca” (2.9). Importa referir que cerca de 10.1% mencionou “não sabe” e 7.9% não responderam à questão colocada (cf. Tabela 59).

<b>5.4. Disposição para colaborar no sentido de que haja mais segurança</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	78	56.1
Quase sempre	23	16.5
Quase nunca	4	2.9
Nunca	9	6.5
<b>Total Parcial</b>	<b>114</b>	<b>82.0</b>
Não sabe	14	10.1
Omissões	11	7.9
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 59. **Disposição para colaborar/não colaborar no sentido da maior segurança.**

Para as respostas obtidas sobre a maior ou menor disposição para colaborar, foram solicitadas informações sobre o motivo das opções em cooperar ou não para um aumento da segurança (cf. Tabela 60).

<b>5.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - disposto a colaborar porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Alertando para algo suspeito	16	11.5
Como fosse necessário	63	45.3
Patrulhamentos/Milícias populares	4	2.9
<b>Total parcial</b>	<b>83</b>	<b>59.7</b>
<b>QUASE NUNCA OU NUNCA - não disposto a colaborar porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não tem saúde/tempo	6	4.3
É trabalho das autoridades	5	3.6
<b>Total parcial</b>	<b>11</b>	<b>7.9</b>
Não sabe/Não responde	45	32.4
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 60. **Fundamentação para colaborar/não colaborar com as autoridades.**

Partindo para a análise do Tabela 60, observa-se que um número significativo (45.3%) de inquiridos que mencionaram estar dispostos a colaborar “sempre” ou “quase” sempre” não especificaram como o fariam, indicando apenas “como se fosse necessário”. Segue-se o grupo de indivíduos que mencionaram que avisariam as autoridades, caso observassem uma situação suspeita “alertando para algo suspeito” (11.5%), por último segue-se o grupo que indicou caso houvesse situações de “patrulhamento/milícias populares” (2.9%) (cf. Tabela 60).

Quanto aos participantes que referiram que “quase nunca” ou “nunca” estariam dispostos a colaborar, 4.3% indicou “não ter saúde nem tempo”, enquanto 3.6% consideram que “é trabalho das autoridades”. Verifica-se ainda que uma percentagem significativa (32.4%) não sabe ou não responde à questão (cf. Tabela 60).

No que diz respeito à ligação à comunidade, os participantes foram questionados sobre a força ou intensidade do vínculo que sentem relativamente à sua comunidade de pertença (cf. Tabela 61).

<b>5.5. Ligação/Não ligação à comunidade</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito forte	62	44.6
Forte	37	26.6
Pouco forte	27	19.4
Nada forte	5	3.6
Não sabe/não responde	8	5.8
<b>Total/n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 61. **Presença / Ausência de ligação do indivíduo à comunidade.**

Portanto verifica-se que 44.6% tem uma ligação “muito forte” àquela comunidade, seguindo-se os inquiridos que mencionaram ter um vínculo “forte”. Quanto aos restantes indivíduos segue-se o grupo que indicou ter uma ligação “pouco forte” (19.4%) e o grupo que referiu ter uma relação “nada forte” (3.6%) com a comunidade. Porém existe a indicação que 5.8% dos participantes não respondeu à questão (cf. Tabela 61).

Com a finalidade de perceber os motivos das respostas anteriores, procurou-se junto dos inquiridos as razões que poderiam estar subjacentes à maior ou menor ligação àquela comunidade (cf. Tabela 62).

<b>5.5.1. MUITO FORTE OU FORTE - ligação à comunidade porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Gosto/Orgulho pela comunidade	43	30.9
Reside/trabalha há muito tempo	15	10.8
Nasceu/Cresceu na comunidade	22	15.8
<b>Total parcial</b>	<b>80</b>	<b>57.5</b>
<b>POUCO FORTE OU NADA FORTE - não ligação à comunidade porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Ligação apenas por necessidade	10	7.2
Reside há pouco tempo	4	2.9
Desconfiança das pessoas	3	2.2
Más condições	1	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>18</b>	<b>13.0</b>
Não sabe/Não responde	41	29.5
<b>n</b>	<b>139</b>	<b>100</b>

Tabela 62. **Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade.**

Assim, verifica-se que os indivíduos que mencionaram ter uma ligação “muito forte” ou “forte” apresentaram as seguintes razões, nomeadamente o “gosto/orgulho pela comunidade” (30.9%), o facto de que “nasceu/cresceu na comunidade” (15.8%) e porque “reside/trabalha há muito tempo” (10.8%) (cf. Tabela 62).

Já os participantes que mencionaram ter uma ligação “pouco forte” ou “nada forte” referiram ter “ligação apenas por necessidade” (7.2%), “reside há pouco tempo” (2.9%), “desconfiança das pessoas” (2.2%) e “más condições” (0.7%). Contudo um número razoável de inquiridos (41) referiram não saber ou optaram por não justificar a sua resposta anterior (cf. Tabela 62).

Concluída a apresentação de todos os resultados passemos à sua análise reflexiva, de modo a retirarmos as principais conclusões e apresentarmos sugestões de melhoria das condições de segurança daquela comunidade.

# Análise reflexiva dos resultados

---

A área geográfica correspondente à freguesia de S. Nicolau (Porto) integra o chamado Centro histórico do Porto, cujo tecido urbano preserva ainda alguns traços medievais (Câmara Municipal do Porto, 2009). Muito próxima das margens do rio Douro, esta é uma área privilegiada para o turismo e isso contribui para a elevada mobilidade de pessoas que apreciam o riquíssimo património histórico e cultural, as zonas de comércio, de restauração e de convívio diário, de lazer ou trabalho.

A amostra para este estudo é proveniente desta zona histórica da cidade, sendo constituída por pessoas que circulam nessa área urbana, onde residem, trabalham e passeiam. Neste estudo participaram 139 indivíduos (n amostral) de ambos os sexos, embora com uma predominância, em pouco mais de dois terços da amostra, para o sexo feminino, assim como para uma faixa etária jovem, com especial enfoque o grupo etário dos 16 aos 24 anos, com 32% de sujeitos. O grupo etário com mais de 65 anos situa-se nos 20%, sendo o 2º mais frequente. A média etária obtida para este estudo foi de 41 anos, que em termos demográficos se situa dentro do grupo populacional mais frequente (cf. [estatística](#)).

Tais participantes, quanto ao estado civil são na sua maioria solteiros, aspeto muito associado, porventura à variável idade, mas que detém importância para a análise do sentimento de (in)segurança para a área em estudo. Importa ainda dizer que se trata maioritariamente de uma população ativa, que estuda, trabalha ou desenvolve ambas as atividades, o que desde logo aponta para a característica da mobilidade, necessariamente associada a qualquer das situações ocupacionais. Em termos habilitacionais é uma amostra relativamente instruída, apresentando cerca de 44% uma escolaridade acima do nível secundário.

Extraídos os principais dados de carácter sociodemográfico, lancemos um olhar sobre os elementos apurados relativamente à perceção de segurança/insegurança. De acordo com 73% dos participantes, a perceção é de que residem ou trabalham numa área segura, pois não têm experiência ou observação de situações que lhes afetassem a segurança. Porém existe uma percentagem de 22% de indivíduos que tem um sentimento contrário, ou seja, sente-se insegura. Aproximadamente metade dos sujeitos deste grupo refere que a

presença de crime ou situações de perigo constituem razões para essa apreensão. Este elemento pode efetivamente contribuir para um condicionamento da forma como as pessoas se movem no seu dia-a-dia (Seabra, 2005). Associadas estão também outras justificações para a percepção de insegurança, como seja a existência específica de crimes ligados ao tráfico de droga, destacado aqui dos outros crimes referidos previamente. Este tipo de problemática é por sinal um dos que mais pode perturbar o desenvolvimento de uma comunidade (Carrión, 2002), além de suscitar, por associação frequente a modos de vida desviantes, uma proximidade comum ao medo do crime nas pessoas (Matias & Fernandes, 2009). Importa referir que a escassez de iluminação é outro dos elementos apontados como sendo favorecedor dessa insegurança percebida. Aliás, este como outros elementos caracterizadores do espaço físico são frequentemente mencionados como podendo contribuir para a criação de “hot spots” do crime, áreas de maior risco e maior medo do crime (Jeffery, 1999).

Relativamente à percepção sobre a evolução da criminalidade, verificamos que a opinião quase que se divide. Se por um lado temos 40.3% dos participantes a considerar que a criminalidade tem aumentado, designadamente devido a problemas económicos e desemprego associado (14.4%), 44.6% dos sujeitos tem uma percepção contrária relativamente a esse aumento, justificando essa ideia, basicamente pela ausência de experiência direta ou indireta relacionada como crime. Mesmo considerando-se a percentagem algo significativa de não resposta, denota-se assim a partir destes resultados, que a percepção sobre a evolução da criminalidade não está de todo comprometida, o que pode constituir um indicador interessante para a compreensão da elevada percepção de segurança anteriormente referenciada. Tal percepção pode ser favorecedora de uma também positiva percepção quanto à qualidade de vida (Dixon & Maher, 2004), não obstante a real ocorrência de situações criminais.

Quando questionada a nossa amostra sobre os crimes mais frequentemente percebidos, o tráfico de drogas destaca-se, sendo identificado por 63% dos inquiridos. A este segue-se o crime de furto (43.2%), sendo ainda apontados como mais frequentes e com percentagens na casa dos 30%, os danos a espaços/ equipamentos públicos (38.8%), o roubo (34.5%), a agressão física (33.8%) e o assalto a estabelecimento comercial (32.4%). Não obstante estarmos a analisar percepções e não especificamente registos criminais efetivos, o facto é que é relativamente alta a percentagem de crimes sinalizados, ou seja,

há alguma consistência na referenciação de quais os comportamentos criminais mais frequentes. Todavia, se associarmos esta ideia ao que retivemos das análises anteriores levantam-se-nos algumas questões. Uma das questões poderá estar, naturalmente, na possibilidade de haver uma relativização do fenómeno criminal e, conseqüente pouca interferência na percepção de insegurança de cada indivíduo se a proximidade ao crime for baixa. As pessoas não se sentem inseguras, porque não experienciam o fenómeno diretamente, embora achem que o crime está presente na sua comunidade. Em todo o caso, não é de descurar o destaque dado ao tráfico de drogas, como uma tipologia criminal que muitas vezes está sub-representada nas estatísticas, mas que muito interfere com o ambiente físico e social de uma comunidade. As populações apercebem-se dos movimentos, detetam a existência do tráfico, mas vão criando mecanismos de proteção e segurança (e.g., não estão na rua até tarde, não frequentam determinados espaços, etc.) e, portanto, mostram-se resilientes face ao fenómeno. Este é um dos fundamentos para que se considere um diagnóstico local de segurança junto dos membros de uma comunidade e se equacione o peso dos indicadores subjetivos e objetivos na definição dos níveis de (in)segurança locais (Direcção Geral de Administração Interna, 2009; Sani & Nunes, 2013a).

O que foi referido é ainda sustentado pelo facto de termos verificado que não há coincidência necessária entre o que consideram ser os crimes mais frequentes e aqueles que são mais temidos pelos participantes deste estudo. Aquelas incidentes que poderão colocar mais em risco a integridade física de uma pessoa surgem no topo da lista dos crimes mais temidos, como seja por exemplo, o assalto à residência (42.4%), a agressão física (39.6%) ou o roubo (37.4%). Como referido, é de importância acrescida a avaliação das comunidades locais, não apenas para uma identificação dos movimentos criminais mais comuns, mas também para um conhecimento mais real dos eventos mais associados à insegurança e ao eventual medo do crime que possa ser exibido por alguns indivíduos (Neme, 2005; Yuille, 1986).

Quando questionados sobre os fatores que podem favorecer a criminalidade, a maioria dos participantes refere a pobreza e o desemprego (76.3%) como a condição que maior contributo para a ocorrência do fenómeno. No entanto a problemática dos consumos de drogas e de álcool (65.5%) e o défice de policiamento (49.6%) surgem entre os fatores mais referenciados. O consumo de droga é um fenómeno muito associado ao crime (Agra,

1996; Brochu, 2000; Nunes, 2011), que nesta comunidade que assinala o tráfico de droga como o crime mais frequente, suscita desde logo interesse em termos de intervenção comunitária. O policiamento surge como um importante meio de dissuasão e combate ao conjunto de fenómenos criminais e antissociais que perturbam muitas comunidades. A atuação policial que vá ao encontro das expectativas da população pode proporcionar uma alteração da imagem das polícias (Skolnick & Bayley, 2006).

As incivildades apontadas frequentemente como fatores perturbadores do espaço físico e social de uma comunidade têm alguma influência, também, na perceção de uma população quanto à segurança ou insegurança sentidas (Brites, 2010; Colmán & Souza, 2009). A falta de asseio das ruas (e.g., devido ao lixo disperso, aos cheiros nauseabundos), a confusão associada ao mau estacionamento automóvel, os ruídos diversos produzidos fazem, muitas das vezes, de alguns locais urbanos, sítios que atraem a clandestinidade e a desobediência daqueles que já convivem bem como o desvio, mas não só.

No que diz respeito à vitimação, a maioria da população (83.5%) indicou que não foi vítima de crime, assim como uma percentagem significativas daqueles (74.8%) disse também não conhecer alguém que tenha passado por uma experiência de vitimação criminal. Assim, não obstante o registo de crime pelos participantes nesta zona avaliada da cidade do Porto, esta amostra não revela maioritariamente experiência direta ou indireta com a violência ou o crime.

Os 16.5% que informarem já terem sido vítimas diretas de crime referem o furto e o roubo entre as ocorrências. Todavia o inquérito captou a existência de crimes sexuais junto de quatro indivíduos. Atendendo ao fato desta amostra deter uma faixa etária jovem, considerando o exposto anteriormente quanto à criminalidade ocorrida segundo os participantes naquela área e a tipologia de crime enunciado, salienta-se a importância de reforçar o policiamento de proximidade junto desta população. Os danos mais salientados pelas vítimas de crime foram os danos materiais, decorrentes das tipologias de crimes mais praticados, não obstante poderem destes resultar, por vezes, outro tipo de prejuízos (físicos, psicológicos) decorrentes da violência envolvida.

Os crimes de que foram vítimas os indivíduos da amostra ocorreram predominantemente de dia (15 casos), sendo na sua maioria praticados na rua (13 casos) e sobretudo, por indivíduos estranhos à vítima (11 casos). Importa referir que dos 23 casos assinalados com experiência de vitimação, em 15 destes foi efetuado o contacto com as autoridades,

sendo que 12 formalizaram a queixa, embora metade destes o tenha feito por razões relacionados com o seguro. A confiança nas autoridades policiais surge referenciada por apenas 2 indivíduos, o que talvez aponte para a necessidade de melhorar a perceção que o cidadão tem da polícia como uma entidade credibilizada, até porque 7 dos sujeitos não contactaram as autoridades.

A vitimação indireta surgiu mencionada por 35 participantes, o equivalente a  $\frac{1}{4}$  da amostra. Os dados indicam que as vítimas se tratavam sobretudo de familiares (11 casos) ou amigos (10 casos), aspetos que deve ser valorizado uma vez que a experiência de vitimação mesmo que indireta pode influenciar o sentimento de insegurança das pessoas (Sani & Nunes, 2013b).

Uma vez mais é o crime patrimonial que se destaca entre as ocorrências criminais. Estes crimes tenderam a ocorrer maioritariamente de dia (20 casos), na rua (17 casos) e em casa (7 casos). Foram crimes praticados sobretudo quando a pessoa se encontrava acompanhada (17 casos) e principalmente por indivíduos estranhos à vítima (19 casos). Das 35 situações reportadas neste inquérito, 18 foram dadas a conhecer às autoridades policiais, essencialmente porque segundo 13 dos participantes vale a pena e porque confiam na polícia. Destes participantes, 12 formalizaram a queixa, todavia dos 9 que se referiram à satisfação com as medidas tomadas, 7 deles mencionam a insatisfação da vítima pelas medidas adotadas pelas entidades. Isto pode indicar alguma fragilidade na imagem das entidades policiais que pode ser importante ser trabalhada.

Os dados acerca da vitimação sofrida e nem sempre reportada permite-nos pensar na importância de acedermos através do contacto com potenciais vítimas à criminalidade oculta (Eckert, 2002; Seabra, 2005). É de especial relevância para qualquer cidadão que haja uma preocupação pela auscultação daqueles que são os problemas e as dificuldades das populações, o que nos remete para um policiamento mais próximo conjugado com o cidadão (Skogan & Frydler, 2004; Skolnick & Bayley, 2006), em muito decorrente do diagnóstico local realizado (Direcção Geral de Administração Interna, 2009).

No que respeita às perceções da população sobre o controlo social, uma percentagem maioritária de inquiridos (47.4%) referiu considerar que os agentes de autoridade quase nunca ou nunca fazem tudo para garantir a segurança das pessoas. Dos restantes participantes que responderam 42.5% manifesta opinião contrária (respondendo sempre ou quase sempre), havendo cerca de 10% de indivíduos que não expressam qualquer

opinião. Muito embora a percepção menos favorável da polícia não seja a prevalecente não deixa de ser pertinente conjecturar sobre o que é possível fazer-se para que haja uma valorização mais positiva do controlo social formal. De acordo com autores já referenciados (e.g., Cusson, 2000; Skogan & Frydler, 2004; Skolnick & Bayley, 2006) um aspeto poderá situar-se na criação de um clima de participação ativa e bidirecional entre polícia e cidadãos, numa perspetiva de policiamento mais próximo e voltado para as populações e para as suas fragilidades e necessidades.

Quando se analisa a frequência com que os inquiridos dizem recorrer aos vizinhos, verifica-se que a maioria diz não fazê-lo, justificando que não vêem essa necessidade. Relativamente ao contacto com entidades locais, as respostas vão no mesmo sentido, isto é, nunca ou quase nunca solicitam apoio por não existir necessidade. Porém, quando questionados sobre as entidades às quais recorreriam a PSP surge como a instituição mais referenciada a par da segurança social, o que vem uma vez mais indicar que embora a imagem da polícia possa não ser a mais positiva, continua na lista das entidades a confiar e a solicitar apoio em caso de dificuldades da população.

Nesta amostra, cerca de 57% dos participantes está na comunidade há 10 ou mais anos, havendo um número elevado de sujeitos afirma sentir uma ligação forte ou muito forte à sua comunidade (61.2%), sendo que perto de metade dos inquiridos justifica com o gosto e o orgulho de pertencer àquela. Por outro lado, o sentimento de pertença é também evidenciado pelos mais de 70% de participantes que se mostra disposição para colaborar no sentido de contribuir para o aumento de segurança na sua área urbana de pertença.

Segundo a literatura a existência de sentimentos de pertença numa comunidade são de extraordinária importância quando se pretende o desenvolvimento de modelos de atuação mais próximos do cidadão com vista à prevenção do crime e à promoção do bem estar, segurança e qualidade de vida (McMillan & Clavis, 1986; Omoto & Snyder, 2002; Skolnick & Bayley, 2006).

As abordagens devem ser sempre adaptadas à comunidade específica, o que sublinha a importância das avaliações comunitárias, que nos permitem ter uma noção mais próxima da realidade sobre a criminalidade e repensar propostas de intervenção, muitas delas de carácter preventivo. Atualmente as polícias dispõem de uma maior e melhor formação em matérias como a segurança e a prevenção do fenómeno criminal, pois aliado ao conhecimento prático do terreno, associa-se o interesse numa resposta que de modo mais

eficaz e eficiente, e assente em dados científicos, vá ao encontro das necessidades dos cidadãos.

# Referências

---

- Agra, C. (1996). *A experiência portuguesa: programa de estudos e resultados*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Câmara Municipal do Porto (2009). A base económica do centro histórico do Porto. *Boletim informativo* Disponível em [http://www.cm-porto.pt/users/0/56/CH\\_DI\\_BERT\\_531fd1bb37aa9b2b722c319b4daecb8d.pdf](http://www.cm-porto.pt/users/0/56/CH_DI_BERT_531fd1bb37aa9b2b722c319b4daecb8d.pdf)
- Brites, J. (2010). Percepção de risco e medo do crime na caracterização do espaço físico e social. *Psychologica*, 52(1), 315-325.
- Brochu, S. (2006). *Drogue et criminalité. Une relation complexe* (2ª Ed.). Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Carrión, F. (2002). *Entre el crimen y el castigo. Seguridad ciudadana y control democrático en America Latina y el Caribe*. República Dominicana: Nueva Sociedad.
- Colmán, L. & Souza, R. (2009). Violência, sentimento de insegurança e incivilidade. *Revista Senso Comum*, 1, 38-49.
- Direcção Geral de Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>
- Dixon, D. & Maher, L. (2004). Containment, quality of life and crime reduction: policy transfers in the policing of heroin market. In T. Newman & R. Sparks (Eds.). *Criminal justice and political cultures. National and international dimensions of crime control* (pp. 234-265). Devon: Willan Publishing.
- Eckert, C. (2002). Cultura do medo e as tensões de viver a cidade: narrativa e trajectória de velhos moradores de Porto Alegre. In S. Minayo & C. Coimbra (Eds.). *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Jeffery, R. (1999). CPTED: past, present, and future. *Paper presented in 4th Annual International CPTED Association Conference*. Ontario: Canada.

- McMillan, D. & Chavis, D. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Matias, M. & Fernandes, L. (2009). Desarrumar O Medo... O Arrumador de Carros como Figura do medo na Cidade. *Revista Toxicodependências*, 15(3), 9-22.
- Neme, C. (2005). Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 25, 123-137.
- Nunes, L. (2011). *Droga-Crime: (Des)Construções*. Porto: Edições UFP.
- Omoto, A. (2002). Considerations of community. The context and process of volunteerism (abstract). *American Behavioral Scientist*, 45(5), 846-867.
- Sani, A. & Nunes, L. M. (2013a). *Crime e vitimação. Polícia e análise de comunidades urbanas*. Porto: Edições UFP.
- Sani, A. I. & Nunes, L. M (2013b). Vitimação, Sentimento de insegurança e políticas públicas de segurança. In P. Cunha (coord.), *Construir a Paz - Visões interdisciplinares e internacionais sobre conhecimentos e práticas* (pp.129-133). (e-book) Porto: Edições UFP.
- Sani, A. & Nunes, L. (2014). Ocorrência de vitimação numa comunidade urbana problemática. In A. Sani, & L. Nunes (Eds.), *Crime, Justiça e Sociedade. Desafios emergentes e propostas multidisciplinares* (pp. 183-194) Porto: Edições CRIAP.
- Seabra, H. (2005). *Delinquência a preto e branco. Estudo de jovens em reinserção*. Porto: ACIME.
- Skogan, W., & Frydler, K. (2004). *Fairness and effectiveness in policing: the evidence*. Washington, DC: National Academies Press.
- Skolnick, J., & Bayley, D. (2006). *Policiamento comunitário* (A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).
- Yuille, J. (1986). *Police selection and training*. North Atlantic Treaty Organization Affairs Division. Boston: Martinus Nijhoff.